

**CONTRATO N.º 08/2018-MTPA**

**CONTRATO N.º 08/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, E A ECOLE NATIONALE DE AVIATION CIVILE - ENAC, PARA PROMOVER O CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM NAVEGAÇÃO AÉREA CIVIL, "ADVANCED MASTER IN AIR NAVIGATION MANAGEMENT", PARA AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS.**

A União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – Secretaria Nacional de Aviação Civil, CNPJ/MF nº. 13618708/0001-52, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, na cidade de Brasília/DF, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário Nacional de Aviação Civil, **DARIO RAIS LOPES**, portador da Carteira de identidade nº 593.3941-X, Órgão Expedidor SSP/SP e CPF/MF nº 976.825.438-68, nomeado pela Portaria nº 343 de 11 de abril de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2017 e da subdelegação de competência que lhe confere a Portaria nº 419 de 07 de junho de 2018, publicado no DOU em 08 de junho de 2018, e a Escola Nacional de Aviação Civil, estabelecimento público administrativo sob a tutela do Ministro dos Transportes, com sede em 7 avenue Edouard Belin, - CS5004 31055 Toulouse Cedex 4, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Diretor-adjunto, Sr. Philippe Crebassa, titular do passaporte N.º 16AP39883, emitido pela Prefeitura de Ariège Foix, denominadas individualmente "PARTE" ou, coletivamente, "PARTES, tendo em vista o que consta no Processo nº 50000.019642/2017-15 e em observância às disposições da Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, mediante as cláusulas e as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados de desenvolvimento e aplicação de curso de pós-graduação em navegação aérea civil (*Advanced Master in Air Navigation Management*) para profissionais que atuam no setor de aviação civil no Brasil, designados pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – SAC/MTPA, a ser realizado em Brasília-DF.



## CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

2.1 A presente Contratação decorre de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, de acordo com o disposto no inciso II, do artigo 25, observando as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, acostados ao Processo n.º 50000.019642/2017-15 e que, independentemente de transcrição, integram este Contrato:

- 2.1.1. Extrato de Inexigibilidade de Licitação n.º 08/2018 – UASG 110591 de 08 de junho de 2018;
- 2.1.2. Proposta comercial N° O-068 e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA em junho de 2017;
- 2.1.3. Parecer n.º 884/2017/CONJUR-MT/CGU/AGU, datado de 12/12/2017.
- 2.1.4. Projeto Básico.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS VAGAS

3.1 Número de vagas por turma

Serão ofertadas o total de até 50 vagas, em 01 (uma) turma para o curso de pós-graduação – *Advanced Master in Air Navigation Management*.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

4.1 O valor total da contratação é de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

4.2 O pagamento deverá ser efetuado, conforme o recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal da CONTRATANTE, mediante atesto e seguirá o seguinte cronograma:

### Cronograma Físico e Financeiro

	Início (estimado)	Fim (estimado)	% Pagamento	Valor (R\$)
Relatório de Desenv.	A partir da assinatura da ordem de serviço		5,00%	60.000,00
Fase Acadêmica - Core 1	6 meses após assinatura da ordem de serviço	13 meses após assinatura da ordem de serviço	29,75%	357.000,00
Fase Acadêmica - Tracks	14 meses após assinatura da ordem de serviço	17 meses após assinatura da ordem de serviço	34,00%	408.000,00
Fase Acadêmica - Core 2	18 meses após assinatura da ordem de serviço	22 meses após assinatura da ordem de serviço	21,25%	255.000,00
Fase do Estágio	23 meses após assinatura da ordem de serviço	Até 28 meses após assinatura da ordem de serviço	10,00%	120.000,00
			100,00%	1.200.000,00

4.2.1. A primeira parcela, referente a 5% do contrato, será paga após a elaboração e entrega pela CONTRATADA de um Relatório de Desenvolvimento/resumo Pedagógico a fim de demonstrar toda a elaboração do curso e seu respectivo conteúdo, em modelo a ser definido posteriormente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

- 4.2.2. As demais parcelas serão pagas de acordo com o término do semestre letivo, mediante comprovação documental das aulas executadas, tais como: relatórios, listas de presença e quaisquer outros materiais a serem definidos em comum acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE. A referida comprovação do serviço também poderá ser feita considerando as fiscalizações realizadas pelo fiscal da CONTRATANTE.
- 4.3 Para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá emitir INVOICE em nome da CONTRATANTE CNPJ/MF nº 13618708/0001-52, sem rasura, em letra legível, devendo ser dada entrada no setor de protocolo do órgão.
- 4.4 No valor proposto pela CONTRATADA deverão estar contemplados todas e quaisquer despesas diretas e indiretas inerentes aos serviços objeto deste Contrato, tais como: insumos; tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, previdenciárias e encargos trabalhistas; locomoção de pessoal e despesas com viagens (passagens, hospedagem, alimentação, deslocamento urbano e outras despesas imprevistas); seguros de acidentes, custos administrativos relativos a materiais, serviços e instalações.
- 4.5 É vedada a antecipação de pagamento, nos termos do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986.
- 4.6 A CONTRATADA é obrigada a manter, durante a execução dos serviços contratados, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, especialmente as condições de habilitação e qualificação exigidas para fim de contratação, em especial sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme legislação vigente.
- 4.7 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista neste Contrato ou proposta enviada conforme subitem 2.1.2, excetuando os casos previstos na letra "d", inc. II, art 65 da Lei 8.666/99.
- 4.8 O pagamento será efetuado através de ordem bancária, mediante fatura apresentada, explicitando o nome do banco, agência, localidade, número da conta corrente, juntamente com documento que comprove a realização dos serviços.
- 4.9 O prazo para pagamento dos valores relativos a execução do curso será de até 30 dias após apresentação da fatura e da comprovação dos serviços conforme subitens 4.2.1 e 4.2.2 de acordo com as parcelas descritas no cronograma do subitem 4.2.
- 4.10 Em caso de atraso no pagamento, será utilizada como taxa de atualização financeira a adotada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Ela será aplicada ao período decorrido após o prazo de 30 dias de apresentação da fatura. A referida taxa tem como fator de cálculo a seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365 \rightarrow I = 0,00016438$

O valor dos encargos moratórios devidos à CONTRATADA será então de  $EM = N \times VP \times I$ . Ele será considerado como devido sem que seja necessária a entrega de uma fatura pela CONTRATADA.

4.11 A taxa de atualização financeira só será aplicada caso a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para a ocorrência do atraso.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 A despesa com a execução dos serviços correrá à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União para 2018, nos termos da Lei Orçamentária Anual nº 13.587 de 2 de janeiro de 2018, tendo sido emitida a Nota de Empenho n.º 2018NE800073, de 08 de junho de 2018, Programa de Trabalho n.º 261222126210F0001, Fonte 0280209300, Natureza de Despesa: 339039, no valor de **RS 417.000,00**, podendo ser emitido empenho de reforço.

5.2 As despesas a serem realizadas nos exercícios futuros terão seus créditos indicados em apostilamentos, em consonância com o § 8º do art. 65 de Lei nº 8.666/93 e com o § 4º do art. 30 da IN SLTI/ MPOG n.º 02, de 30/04/2008.

#### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:

7.1.1 Elaborar as regras para participação no curso de pós-graduação, em conjunto com a **CONTRATADA**.

7.1.2 Selecionar os participantes em conjunto com a **CONTRATADA**, com base nos pré-requisitos para participação no curso de pós-graduação conforme definido na proposta referenciada no subitem 2.1.2.

7.1.3 Proporcionar as condições necessárias para que a **CONTRATADA** possa prestar os serviços contratados, incluindo os equipamentos e instalações necessários à aplicação dos módulos do curso.

7.1.4 Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos por meio de representantes devidamente designados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que se encarregarão dos contatos com a **CONTRATADA** para esclarecimento de dúvidas, troca de informações e demais providências necessárias à realização do objeto deste Contrato e documentos vinculados.

- 7.1.5 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas do contrato a ser celebrado e documentação a ele vinculada.
- 7.1.6 Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas no Projeto Básico, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.
- 7.1.7 Comunicar à CONTRATADA por escrito toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço, diligenciando para que as irregularidades ou falhas de execução sejam plenamente corrigidas, fixando prazo para sua execução.
- 7.1.8 Rejeitar, no todo ou em parte, os procedimentos executados em desacordo com as respectivas especificações deste Contrato e documentos a ele vinculados.
- 7.1.9 Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 7.1.10 Impedir que terceiros executem os serviços contratados, excetuados os serviços que poderão ser subcontratados pela CONTRATADA, limitados às atividades-meio da contratação.
- 7.1.11 Cumprir os prazos de envio para a CONTRATADA das informações necessárias ao planejamento e a realização dos cursos.
- 7.1.12 Efetuar o pagamento dos serviços prestados dentro das condições estabelecidas no contrato.
- 7.1.13 Garantir o cumprimento da Lei 8.112/90 no que se refere aos direitos e deveres dos servidores que irão realizar o curso.
- 7.1.14 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATADA ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, devendo orientar seus agentes públicos nesse sentido.

## 7.2 São obrigações da **CONTRATADA**:

- 7.2.1 Desenvolver e aplicar o curso *Advanced Master in Air Navigation Management*, de forma a observar conteúdo programático, conforme ANEXO I.
- 7.2.2 Oferecer professores qualificados em navegação aérea civil, para ministrar disciplinas com conteúdos técnicos, gerenciais e administrativos da navegação aérea civil, em um total de 350 horas de instrução na fase acadêmica, além de prover todo acompanhamento necessário durante o período de estágio profissional, com duração estimada de 6 meses. Ademais, deverá disponibilizar professores qualificados para Banca Final que será formada por professores da CONTRATADA e profissionais da CONTRATANTE para avaliação final da Dissertação ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC dos alunos, que será resultado do período de 6 meses de estágio.
- 7.2.3 A CONTRATADA poderá substituir os professores por profissional de qualificações similares, conforme necessário, porém mediante avaliação prévia da CONTRATANTE, que se reserva no direito de impugnar aqueles que não preenchem as condições de capacitação exigida.

## **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 O Contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme dispõe o art. 57, inciso I da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) os serviços contratados tenham sido prestados regularmente;
- b) o CONTRATANTE mantenha interesse na realização do serviço;
- c) o valor deste Contrato permaneça economicamente vantajoso para o CONTRATANTE;
- d) a CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

9.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

9.3 A prorrogação deste Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES**

10.1 A inexecução parcial ou total das condições pactuadas sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes sanções, nos termos previstos no art. 87 da Lei nº 8.666/93, excetuando-se o caso previsto no art. 393 da Lei 10.406/02:

- a) advertência.
- b) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual.
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Federal pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme a autoridade fixar em função da natureza e da gravidade da falta cometida.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.
- f) No caso de descumprimento de qualquer obrigação contratual que não se enquadre nos itens anteriores, poderá a Administração aplicar multa, graduável entre 1% a 20% do valor total da Nota de Empenho/Contrato ou da proposta conforme a gravidade do fato apurada em processo administrativo no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93

11.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.3 A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei mencionada, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
- c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida do presente Contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE na forma do parágrafo único do art. 61, da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, por assim estarem de acordo, os representantes das partes firmam este Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Toulouse/France, 13 de junho de 2018.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL  
CONTRATANTE



**DARIO RAIS LOPES**  
**SECRETÁRIO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL**

ECOLE NATIONALE DE AVIATION CIVILE - ENAC  
CONTRATADA



**PHILIPPE CREBASSA**  
**DIRETOR ADJUNTO**



### 3. ANM03 CNS

Tem como objetivo a aquisição dos princípios básicos de meios de Comunicação, Navegação e Segurança sob os pontos de vista técnico e operacional.

#### Conteúdo:

- **Comunicação:** Comunicação por voz. Comunicação Terra/Terra, Redes, V-SAT.
- **Navegação:** Principais técnicas de navegação por rádio baseadas em sistemas terrestres.
- **Princípios básicos de trabalho em sistemas embarcados. Princípios básicos do conceito GNSS.**
- **Supervisão:** Princípios de Radar (PSR, SSR, Modo S), ADS-B, ADS-C.

### 4. ANM04 Contexto Geral de Transporte Aéreo:

Fornecer uma visão abrangente e global do setor de transporte aéreo. Estratégias, operações e relacionamentos entre os principais interessados deverão apresentados: autoridades, linhas aéreas, aeroportos, serviços de navegação aérea, organizações internacionais. Uma perspectiva da situação atual e tendências futuras deve ser abordada de modo a compreender os desafios e questões que esses interessados terão que lidar.

#### Conteúdo:

- **Sistema de transporte aéreo;**
- **Estrutura regulatória em geral;**
- **Economia do transporte aéreo;**
- **Interações e relacionamentos, desafios.**

### 5. ANM05 Sistemas de Gestão de Segurança em Aviação:

Fornecerá aos estudantes uma visão geral dos fundamentos de gestão de segurança, orientação em implementação desenvolvimento de SMS de acordo com as exigências da ICAO.

#### Conteúdo:

- **Plano de Segurança de Aviação Global da ICAO;**
- **Exigências e implementação de SMS (política, responsabilidade, objetivos);**
- **Ocorrências de segurança (notificação, análise, severidade, causas, ações corretivas);**
- **Ferramentas e Estruturas de SMS;**
- **Riscos e mitigação;**
- **Interação com outros interessados em aviação.**

A re

Conteúdo:

- Modelos comerciais de ANSP;
- ANSPs em seu ambiente;
- Benchmark internacional;
- Implementação de ASBU
- Plano Mestre de ATM.

9: ANM09 Gerenciamento de Equipes:

Apresentação de papéis, responsabilidades, diferentes abordagens para o gerenciamento de equipes. Os gestores ficarão em posição de compreender, facilitar e assegurar a coesão do grupo de trabalho.

Conteúdo:

- Liderança e Gerenciamento;
- Tomada de decisão;
- Conscientização multicultural;
- Construção de equipes;
- Resolução de conflitos;
- Comunicação efetiva;
- Motivação;
- Situações ganha-ganha.

10. ATM m10 Operações de TWR&APP:

Apresentação aos participantes das técnicas e métodos de trabalho usados pelos controladores de tráfego aéreo para a gestão segura e eficiente do tráfego aéreo em tempo real em posições de controle de Aproximação e Torre.

Conteúdo:

- Métodos de trabalho em ATC;
- Procedimentos de ATC;
- Ambiente geográfico;
- Fraseologia;
- Gestão da pista de pouso e decolagem.

11. ATM m11 Operações de ACC:

Apresentação aos participantes das técnicas e métodos de trabalho usados pelos controladores de tráfego aéreo para a gestão segura e eficiente do tráfego aéreo em tempo real em posições de Controle em Voo.

Conteúdo:

RC A

- Principais interessados envolvidos no processo legislativo do transporte aéreo.

#### 17. ATM t17 Segurança do Transporte Aéreo:

Divulgação de questões de segurança dentro da comunidade de transporte aéreo.

#### Conteúdo:

- Aeroporto;
- Carga Aérea;
- Aeronave;
- Equipamentos de Segurança;
- Reabastecimento;
- Carga perigosa;
- Supervisão da Segurança.



MC

ANEXO II  
ORDEM DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DE CURSO



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL  
SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL  
Secretaria de Navegação Aérea Civil  
Departamento de Gestão e Planejamento da Navegação Aérea Civil

ORDEM DE SERVIÇO nº _____ / 201X/DNAC/SAC	
Contrato nº _____ /SAC/201X	Data ____/____/____
Empresa Contratada: Ecole Nationale de Aviation Civile - ENAC	

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO: Advanced Master in Air Navigation Management

2. PRAZO PARA EXECUÇÃO

Início	Término

3. SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

4. PREÇO DOS SERVIÇOS

Serviço	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Total (R\$)
Total (R\$)			

\_\_\_\_\_  
Fiscal do contrato

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa Contratada

net

CONTRAT N.° 08/2018-MTPA

CONTRAT N°08/2018 CONCLU  
ENTRE L'UNION, REPRESENTEE  
PAR LE MINISTERE DES  
TRANSPORTS, DES PORTS ET DE  
L'AVIATION CIVILE, D'UNE PART, ET  
L'ECOLE NATIONALE DE  
L'AVIATION CIVILE, ENAC, D'AUTRE  
PART, EN VUE DE LA MISE EN  
PLACE D'UN MASTERE SPECIALISE  
EN NAVIGATION AERIENNE CIVILE  
« ADVANCED MASTER IN AIR  
NAVIGATION MANAGEMENT »,  
DESTINÉ AUX AGENTS PUBLICS  
FEDERAUX.

L'Union, représentée par le ministère des Transports, des ports et de l'aviation civile, inscrite au CNPJ/MF sous le N°04892707/0001-00, ayant son siège à Esplanada dos Ministérios, Bloco « R », Brasilia-DF, ci-après dénommée PARTIE CONTRACTANTE, ici représentée par le Secrétaire National de l'Aviation Civile, DARIO RAIS LOPES, titulaire de la carte d'identité N°593.3941-X, délivrée par SSP/SP, et du CPF/MF N°976.825.438-68, nommé par le décret n°343 du 11 avril 2017, publié sur le Journal officiel de l'Union (DOU) le 11 avril 2017, dans le cadre des attributions qui lui sont conférées par l'arrêté n°419 du 07 juin 2018, publié sur le DOU le 08 juin 2018, Et

L'Ecole Nationale de l'Aviation Civile, établissement public administratif sous tutelle du ministre chargé des transports, située 7 avenue Edouard Belin, CS5004 31055 TOULOUSE Cedex 4, ci-après désignée par PARTIE CONTRACTEE et représentée par son Directeur adjoint, Monsieur Philippe Crebassa, titulaire du passeport N°16AP39883, délivré par la Préfecture de l'Ariège Foix,

En vertu des dispositions de la Procédure n° 50000.019642/2017-15 et de la Loi N°8.666/93, du 21 juin 1993, concluent le présent contrat, découlant de L'INEXIGIBILITE D'APPEL D'OFFRES, en s'accordant sur les clauses et les dispositions établies ci-après :

Individuellement désignées par « la PARTIE » et collectivement par « les PARTIES »,

Considérant le processus n° 50000.019642/2017-15 et les termes de la Loi N°8.666 du 21 juin 1993, les parties s'entendent pour conclure un contrat, exempté d'appels d'offres, suivant les clauses et dispositions suivantes :



## PREMIERE CLAUSE – DE L'OBJET

1.1 Le présent Contrat a pour but la prestation de services spécialisés dans le cadre du développement et de la mise en place d'un Mastère Spécialisé en navigation aérienne civile (Advanced Master in Air Navigation Management) destiné aux professionnels du secteur de l'aviation civile au Brésil. Les participants intégrant ce Master, qui se déroulera à Brasilia-DF, seront désignés par le Secrétariat national de l'aviation civile du ministère des Transports, des ports et de l'aviation civile – SAC/MTPA.

## DEUXIEME CLAUSE – DE LA DOCUMENTATION COMPLEMENTAIRE

2.1 Le présent Contrat de services découle de l'inexigibilité d'appel d'offres prévue par l'alinéa II de l'article 25 et les dispositions figurant dans les documents énoncés ci-après, lesquels accompagnent la Procédure n°50000.019642/2017-15 et intègrent ce contrat, sans qu'il soit besoin de transcription :

Contrat :

2.1.1. Extrait de l'inexigibilité d'appel d'offres n°08/2018-UASG 110591 du 08 juin 2018 ;

2.1.2 Proposition commerciale et documents annexes n° O-068, établis par la PARTIE CONTRACTEE en Juin 2017 ;

2.1.3 Avis n°884/2017/CONJUR-MT/CGU/AGU, en date du 12 décembre 2017 ;

2.1.4 : Projet Basique.

## TROISIEME CLAUSE – DES PLACES DISPONIBLES

3.1 Nombre de places par promotion

La classe d'« *Advanced Master in Air Navigation Management* » sera limitée à 50 participants maximum.

## QUATRIEME CLAUSE – DU PRIX ET DU PAIEMENT

4.1 Le montant total du présent contrat est de 1 200 000 R\$ (un million deux cents mille réaux).

4.2 Le paiement sera effectué après que l'agent de la PARTIE CONTRACTANTE, chargé de l'exécution du contrat, accuse réception des services faits par la remise de documents justificatifs selon le chronogramme ci-dessous :

re X

### Chronogramme physique et financier

	Début (estimation)	Fin (estimation)	% Paiement	Prix (RS)
Rapport de dévelop.	À compter de l'ordre de service		5%	60 000,00
Phase académique - Core 1	06 mois après la signature de l'ordre de service	13 mois après la signature de l'ordre de service	29,75%	357 000,00
Phase Académique – Tracks	14 mois après la signature de l'ordre de service	17 mois après la signature de l'ordre de service	34,00%	408 000,00
Phase Académique – Core 2	18 mois après la signature de l'ordre de service	22 mois après la signature de l'ordre de service	21,25%	255 000,00
Stage	23 mois après la signature de l'ordre de service	Jusqu'à 28 mois après la signature de l'ordre de service	10,00%	120 000,00
			<b>100,00%</b>	<b>1 200 000,00</b>

4.2.1 La première tranche de 5% sera payée après la remise par la PARTIE CONTRACTEE d'un Rapport de développement/résumé pédagogique dans lequel devra figurer tout le processus d'élaboration du cursus et son contenu, sous un format qui sera ultérieurement défini entre la PARTIE CONTRACTANTE et la PARTIE CONTRACTEE.

4.2.2 Les autres tranches seront versées à la fin de chaque semestre scolaire, sur présentation de justificatifs de la tenue des cours, à savoir, des rapports, des listes de présence ou tout autre instrument convenu entre la PARTIE CONTRACTEE et la PARTIE CONTRACTANTE. Un agent de la PARTIE CONTRACTANTE pourra également s'assurer de la bonne exécution des services par la réalisation de des contrôles.

4.3 Pour que le paiement soit effectué, la PARTIE CONTRACTEE devra remettre au service du protocole de la PARTIE CONTRACTANTE une facture en anglais au nom de la partie contractée avec mention du CNPJ/MF n° 13618708/0001-52, lisible et sans rature.

4.4 Le prix proposé par la PARTIE CONTRACTEE devra comprendre tous les coûts, directs et indirects, des services contractuels, tels que les frais relatifs aux matériels, taxes, charges fiscales et parafiscales, charges et cotisations de retraite et prévoyance, droits des travailleurs, déplacements du personnel (frais de transport, hébergement, alimentation, déplacement urbain et d'autres frais imprévus); assurances accidents, charges administratives liées aux matériels, services et installations.

4.5 Le paiement anticipé est interdit, conformément à l'art. 38 du Décret n° 93.872 du 23/12/1986.

4.6 La PARTIE CONTRACTEE est tenue de remplir ses obligations contractuelles, tout en veillant à ce que les conditions et les capacités requises lors de la signature du contrat sont remplies pendant toute la durée des services, et que sa situation auprès de la Justice soit toujours régulière en ce qui concerne les obligations découlant du droit du travail et du droit fiscal.

4.7 La PARTIE CONTRACTANTE prendra à sa charge seulement les frais prévus par le présent Contrat ou par la proposition référencée à l'article 2.1.2 ci-dessus, exception faite des cas prévus à la lettre « d », paragraphe II de l'article 65 de la Loi 8.666/99.

4.8 Le paiement sera effectué par voie bancaire, sur présentation du justificatif de l'exécution des services accompagné de la facture respective, sur laquelle devra figurer le nom de la banque, le numéro et l'adresse de l'agence, ainsi que le numéro du compte courant de la PARTIE CONTRACTEE.

4.9 Le délai de paiement relatif aux cours donnés peut courir jusqu'à 30 jours après présentation de la facture et de la réalisation des services conformément aux articles 4.2.1 et 4.2.2 et suivant les tranches décrites au chronogramme de l'article 4.2.

4.10 En cas de retard de paiement, le taux d'actualisation financière adopté par le Tribunal de Justice du District Fédéral sera utilisé pour l'actualisation du montant dû. Il sera appliqué à la période de temps courant au-delà du délai de paiement fixé à 30 jours après la présentation de la facture. Le calcul du taux prendra en compte les facteurs suivants :

IM = Intérêts moratoires

N = Nombre de jours écoulés entre la date de paiement prévue et la date du paiement effectif ;

MD = Montant dû

TX = Pourcentage du taux annuel = 6%

I = Indice de compensation financière, calculé comme suit :

$I = (TX/100) / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365 \rightarrow I = 0,000016438$

Le montant d'intérêts moratoires dû à la PARTIE CONTRACTEE est ainsi de :  $IM = N \times MD \times I$ . Il est dû automatiquement par la PARTIE CONTRACTANTE sans avoir besoin d'une facture de la PARTIE CONTRACTEE.

4.11 Le taux d'actualisation financière sera appliqué seulement si la PARTIE CONTRACTEE n'a eu aucune part de responsabilité dans le retard de paiement.

#### CINQUIEME CLAUSE – DE LA DOTATION BUDGETAIRE

5.1 Le coût des services sera couvert par des crédits budgétaires inscrits dans le Budget Général de l'Union pour l'année 2018, conformément à la Loi budgétaire annuelle n°13.587 du 02 janvier 2018, avec l'émission de la Note d'engagement n°2018NE800073, du 08 juin 2018, Programme de Travail n°261222126210F0001, Source 0280209300, Élément de dépense 339039, à hauteur de R\$ 417.000,00, un engagement de renfort pouvant également être émis.

5.2 Les dépenses correspondant à des exercices futurs seront couvertes par des crédits qui seront indiqués au moyen d'un *apostilamento*<sup>1</sup>, conformément au paragraphe 8 de l'article 65 de la Loi n° 8.666/93 et au paragraphe 4 de l'article 30 de l'IN SLTI/MPOG, du 30/04/2008.

#### SIXIEME CLAUSE – MODIFICATIONS

6.1 Le prix convenu est fixe et ne peut pas être modifié.

6.2 Les modifications contractuelles ultérieures seront encadrées par l'art. 65 de la Loi n° 8.666 de 1993.

---

<sup>1</sup> Note du traducteur : procédure donnant lieu à un document (*apostila*) qui permet de changer le montant d'un contrat. Source : <http://www.esaf.fazenda.gov.br/institucional/centros-regionais/sao-paulo/arquivos/apostilamento.pdf>.

6.3 La PARTIE CONTRACTEE est tenue d'accepter, dans les conditions contractuelles convenues, les ajouts ou suppressions s'avérant nécessaires, jusqu'à la limite de 25% (vingt-cinq pour cent) du montant actualisé du contrat.

6.4 Les suppressions découlant d'un accord conclu entre les parties pourront excéder la limite de 25% (vingt-cinq pour cent) du montant initial actualisé du contrat.

## SEPTIEME CLAUSE – DES OBLIGATIONS DES PARTIES

7.1 La PARTIE CONTRACTANTE s'oblige à :

7.1.1 Élaborer les règles encadrant la participation des élèves au Mastère Spécialisé en objet, conjointement avec la PARTIE CONTRACTEE.

7.1.2 Sélectionner les participants, conjointement avec la PARTIE CONTRACTEE, sur la base des prérequis de participation au Mastère Spécialisé définis dans l'offre référencée à l'article 2.1.2.

7.1.3 Offrir à la PARTIE CONTRACTEE les conditions nécessaires à l'exécution des services contractuels, ce qui inclut les équipements et installations nécessaires à l'application des cours.

7.1.4 Désigner tout au long de la prestation de service des représentants, conformément à l'art. 67 de la Loi n° 8.666/93, lesquels se chargeront de prendre contact avec la PARTIE CONTRACTEE pour d'éventuels éclaircissements, échanges d'informations, entre autres mesures nécessaires à l'exécution de l'objet du présent Contrat et des dispositions figurant dans les documents qui l'accompagnent.

7.1.5 Exiger l'accomplissement de tous les engagements pris par la PARTIE CONTRACTEE, conformément aux clauses du contrat et à la documentation qui l'accompagne.

7.1.6 Superviser et contrôler l'aspect qualitatif et quantitatif des services contractuels, avec la possibilité de suspendre, refuser ou demander à refaire tous services qui ne soient pas conformes aux conditions et aux exigences figurant dans le Projet de Base, tout en assurant une exécution parfaite des services, conformément aux articles 67 et 73 de la Loi n° 8.666/93.

7.1.7 Communiquer à la PARTIE CONTRACTEE par écrit tout incident lié à l'exécution des services, tout en veillant à ce que les irrégularités ou failles soient complètement corrigées, et ce dans les délais fixés la PARTIE CONTRACTANTE.

7.1.8 Rejeter, totalement ou partiellement, les procédures qui ne soient pas conformes aux dispositions du présent Contrat et des documents qui l'accompagnent.

7.1.9 Faire appliquer à la PARTIE CONTRACTEE les pénalités contractuelles et règlementaires applicables, le principe du contradictoire et les droits de la défense étant préservés.

7.1.10 Empêcher l'exécution des services contractuels par des tiers, les activités subsidiaires pouvant faire l'objet de sous-traitance par la PARTIE CONTRACTEE.

7.1.11 Respecter les délais d'envoi des informations nécessaires à la planification et à l'exécution des cours à la PARTIE CONTRACTEE;

7.1.12 Effectuer le paiement des services exécutées selon les conditions établies par le Contrat.

7.1.13 Respecter les termes de la Loi 8.112/90 quant aux droits et devoirs des fonctionnaires qui suivront le cours.

7.1.14 Respecter le caractère confidentiel de l'ensemble des informations dont elle aura connaissance dans le cadre de l'exécution du présent contrat, soient-elles de l'intérêt de la PARTIE CONTRACTEE ou des tiers, devant également transmettre ces instructions à ses employés, sous peine de responsabilité civile, pénale et administrative.

7.2 LA PARTIE CONTRACTEE s'oblige à :



- 7.2.1 Développer et mettre en place la formation *Advanced Master in Air Navigation Management*, tout en respectant le contenu programmatique, conformément à l'ANNEXE I.
- 7.2.2 Assurer par des professeurs qualifiés en navigation aérienne civile une formation complète en la matière, sous l'angle de l'administration, de la gestion et des techniques- un total de 350h (phase académique), lesquels professeurs seront également chargés de faire un accompagnement des participants pendant leur période de stage, dont la durée est estimée à 6 mois. La PARTIE CONTRACTEE devra en outre sélectionner des professeurs qualifiés pour former le jury, lequel sera également composé de professionnels de la PARTIE CONTRACTANTE. Le jury sera en charge de faire l'évaluation finale de la Dissertation ou du Travail de Conclusion des Cours – TCC des participants, lequel devra porter sur le stage réalisé.
- 7.2.3 La PARTIE CONTRACTEE pourra remplacer, au besoin, les professeurs par des professionnels ayant des qualifications similaires, après accord préalable de la PARTIE CONTRACTANTE, qui se réserve le droit de récuser ceux dont les qualifications ne correspondent pas à celles exigées.
- 7.2.4 S'assurer de l'accomplissement du Master et de la transmission des connaissances tant sur le fond programmatique que sur la méthodologie adoptée.
- 7.2.5 Enseigner les matières figurant sur le programme du Mastère Spécialisé (ANNEXE I), tout en respectant le nombre d'heures prévu, conformément au point 7.2.2.
- 7.2.6 Fournir le matériel didactique nécessaire à l'enseignement des matières, étant préservés les droits prévus par la Loi 9.610/98
- 7.2.7 Informer LA PARTIE CONTRACTANTE, tous les mois, de l'assiduité des élèves aux cours.
- 7.2.8 Evaluer les travaux académiques présentés par les participants.
- 7.2.9 Coordonner et accompagner les activités académiques et opérationnelles réalisées dans le cadre de la formation.
- 7.2.10 Remettre le diplôme de Mastère Spécialisé à chaque agent/élève ayant obtenu des résultats satisfaisants à l'issue de la formation.
- 7.2.11 Offrir, pendant toute la durée du contrat, les supports administratifs, techniques et pédagogiques nécessaires aux activités faisant l'objet du présent contrat, tout en assurant une bonne qualité pédagogique des services, le tout devant répondre aux objectifs de la PARTIE CONTRACTANTE.
- 7.2.12 Se charger de l'inscription des participants sélectionnés et les renseigner sur les conditions de participation aux cours. Ce contact sera effectué par la PARTIE CONTRACTEE, par tous les moyens possibles : courriel, téléphone, ou tout autre moyen s'avérant nécessaire.
- 7.2.13 Exécuter les services contractuels conformément aux dispositions du présent contrat et de la documentation qui l'accompagne.
- 7.2.14 Procéder à la prestation de services conformément à l'Ordre de Service (Annexe II) émis par la partie contractante suivant le chronogramme établi à l'article 4.2.
- 7.2.15 Informer dans un délai de 60 (jours), à compter de la date de réception de l'Ordre de Service, de toute raison susceptible de l'empêcher d'exercer les activités prévues.
- 7.1.16 A être responsable de tous les services contractuels, dans le respect de la législation en vigueur.
- 7.2.17 Remplir pendant toute la durée du contrat les conditions et les qualifications exigées.
- 7.2.18 Verser à la PARTIE CONTRACTANTE les montants relatifs aux pénalités et/ou aux amendes découlant d'une éventuelle procédure administrative engagée à son encontre suite à un manquement aux obligations contractuelles.
- 7.2.19 Disposer d'une personne chargée de la représenter dans le cadre du présent contrat pendant la durée des services, sa nomination étant soumise à l'envoi d'un courrier officiel à la PARTIE CONTRACTANTE ainsi qu'à son autorisation, conformément au point 8.5.

- 7.2.20 Fournir les informations ou d'éventuels éclaircissements sollicités par la PARTIE CONTRACTANTE dans un délai de 5 (cinq) jours utiles ou dans le délai établi par la législation applicable.
- 7.2.21 Respecter le caractère confidentiel de l'ensemble des informations dont elle aura connaissance dans le cadre de l'exécution du présent contrat, soient-elles de l'intérêt de la PARTIE CONTRACTANTE ou des tiers, devant également transmettre ces instructions à ses employés, sous peine de responsabilité civile, pénale et administrative.
- 7.2.22 Communiquer, à l'avance et par écrit, d'éventuels retards ou arrêts des services, tout en présentant les justifications respectives auprès de la PARTIE CONTRACTANTE, celui-ci étant chargé d'évaluer leur validité.
- 7.2.23 Etre responsable de remplir toute obligation prévue par la législation dans le cas d'un accident de travail survenu à ses employés pendant l'exécution des services ou des activités liées à ceux-ci.
- 7.2.24 Respecter rigoureusement la législation applicable à l'exécution des services contractuels ainsi que les normes relatives à la sécurité et à la médecine du travail.
- 7.2.25 Se tenir responsable de remplir toute obligation découlant de la législation applicable, soit-elle sociale ou fiscale, cette responsabilité ne pouvant pas être transférée à la PARTIE CONTRACTANTE en cas de manquement à une quelconque de ces obligations.
- 7.2.26 Interdire l'exécution des services contractuels par des membres de la famille des agents publics travaillant pour le Contractant ou par des emplois réservés du Contractant, conformément à l'article 7° du Décret n° 7.203 de 2010.
- 7.2.27 Ne pas utiliser le présent contrat comme caution ou garantie lors d'opérations financières.

#### HUITIEME CLAUSE – DU CONTROLE FINANCIER ET DES SERVICES

8.1 Il incombe à la PARTIE CONTRACTANTE d'accompagner et de contrôler l'exécution de ce contrat, tout en s'assurant d'une parfaite exécution des services et de l'allocation des ressources nécessaires, conformément aux articles 67 et 73 de la Loi n° 8.666/93.

8.2 Le suivi et l'évaluation de l'exécution des services par le service en charge du contrôle seront réalisés conformément aux critères figurant sur cet instrument et la documentation qui l'accompagne, dans le but de :

- a) Vérifier si les objectifs fixés par la PARTIE CONTRACTANTE sont bien remplis ;
- b) Mener des enquêtes-satisfactions auprès des participants aux cours ;
- c) Identifier ce qui doit être amélioré ou modifié dans le planning ainsi que dans l'exécution des activités ;
- d) Collecter des données sur la performance des professeurs

8.3 Le contrôle n'exclut ni diminue la responsabilité de la PARTIE CONTRACTEE vis-à-vis du MTPA et des tiers.

8.4 Les décisions et/ou mesures dont le champ s'étend au-delà du ressort du service du Contrôle, seront soumises au secteur de la PARTIE CONTRACTANTE, responsable des contrats, dans des délais raisonnables, afin que les mesures nécessaires soient prises.

8.5 La PARTIE CONTRACTEE devra disposer, pendant toute la durée du présent contrat, d'un représentant administratif, lequel sera désigné au début de la période contractuelle, au moyen d'une déclaration sur laquelle devra figurer son nom et prénom, numéro de CPF et de la carte d'identité, ainsi que les données relatives à ses qualifications professionnelles.



8.6 La PARTIE CONTRACTANTE se réserve le droit d'inspecter les services contractuels à tout moment, et de demander, le cas échéant, que des mesures soient prises, en cas de nécessité.

#### NEUVIEME CLAUSE – DE LA DUREE

9.1 Le présent contrat est conclu pour une durée de 36 (trente-six) mois à compter de la date de sa signature, lequel peut être prorogé conformément aux dispositions de l'article 57, alinéa I de la Loi n° 8.666/93 et ses modifications ultérieures, sur autorisation formelle de l'autorité compétente et dans le respect des conditions suivantes :

- a) les services contractuels ont été exécutés conformément à la législation applicable
- b) la PARTIE CONTRACTANTE souhaite la continuation des services
- c) le montant du contrat demeure économiquement avantageux pour la PARTIE CONTRACTANTE
- d) La PARTIE CONTRACTEE a expressément manifesté son intérêt de proroger la durée du contrat

9.2 La PARTIE CONTRACTEE n'a pas le droit subjectif à la prorogation contractuelle.

9.3 La prorogation du présent contrat fera l'objet d'un avenant.

#### DIXIEME CLAUSE – DES SANCTIONS

10.1 L'inexécution partielle ou totale des conditions convenues soumettra la PARTIE CONTRACTEE aux sanctions suivantes, conformément à l'article 87 de la Loi n° 8.666/93, sauf aux cas prévus à l'article 393 de la Loi 10.406/02 :

a) Avertissement

b) amende de 0,3% (zéro virgule trois pour cent) par jour de retard et par manquement aux obligations établies par le contrat, celle-ci pouvant aller jusqu'à 15% (quinze pour cent) du montant du Contrat ; cette amende doit être versée dans un délai maximum de 15 jours à compter de la mise en demeure.

c) Amende de 10% (dix pour cent) sur le montant du contrat lorsque la défaillance peut donner lieu à la résiliation du contrat.

d) Suspension temporaire des droits d'enchérir et de conclure des contrats avec l'Administration fédérale pendant un délai maximal de 2 (deux) ans, lequel sera fixé par l'autorité compétente en fonction de la nature et de la gravité du manquement.

e) Impossibilité juridique d'enchérir et de conclure des contrats avec l'Administration fédérale tant que les motifs ayant donné lieu à la punition existeront ou jusqu'à ce que la PARTIE CONTRACTEE soit réhabilitée auprès de l'autorité responsable de l'application de la pénalité en question. Cette réhabilitation est conditionnée à l'indemnisation de tous les dommages subis par l'Administration et ne sera effective qu'après l'écoulement de la période de sanction appliquée sur la base de l'alinéa précédent.

f) En cas de manquement à l'une quelconque des obligations contractuelles qui ne sont pas encadrées par les dispositions susmentionnées, l'Administration se réserve le droit d'appliquer une amende, qui peut aller de 1% à 20% du montant total de la Note d'engagement/Contrat en fonction de la gravité du manquement commis, laquelle sera définie lors de la procédure administrative respective, le principe du contradictoire et les droits de la défense étant préservés.



## ONZIEME CLAUSE – DE LA RESILIATION

11.1 L'inexécution partielle ou totale de ce Contrat pourra donner lieu à sa résiliation, conformément aux dispositions des articles 77 à 80 de la Loi n°. 8.666/93.

11.2 Les cas de résiliation contractuelle devront être formellement justifiés dans le cadre de la procédure en découlant, le principe du contradictoire et les droits de la défense étant préservés.

11.3 La résiliation du contrat pourra être :

- a) déterminée par acte unilatérale écrit par l'Administration, dans les cas énoncés aux alinéas I à XII et XVII de l'article 78 de la Loi susmentionnée, le principe du contradictoire et les droits de la défense étant préservés/assurés.
- b) Amiable, par un accord entre les parties,
- c) judiciaire, conformément à législation applicable en vigueur

## DOUZIEME CLAUSE – DE LA PUBLICATION

Afin que le présent Contrat puisse entrer pleinement en vigueur, il est indispensable qu'un résumé de celui-ci soit publié dans la presse officielle à la demande de la PARTIE CONTRACTANTE, conformément au paragraphe unique de l'article 61 de la Loi n°. 8.666/93.

## TREIZIEME CLAUSE - DE LA JURIDICTION

Toutes les questions découlant du présent instrument qui n'ont pas pu être réglées par la voie administrative seront traitées et jugées par l'Autorité judiciaire du District fédéral.

Les parties signent d'un commun accord cet acte, en 02 (deux exemplaires) originaux, les deux textes faisant également foi.

Fait à Toulouse, le 11 juin 2018.

MINISTERE DES TRANSPORTS, DES PORTS ET DE L'AVIATION CIVILE  
PARTIE CONTRACTANTE

  
DARIO RAIS LOPES  
SECRETAIRE NATIONAL DE L'AVIATION CIVILE

ECOLE NATIONALE DE L'AVIATION CIVILE  
PARTIE CONTRACTEE

  
PHILIPPE CREBASSA  
DIRECTEUR ADJOINT



## ANNEXE 1

### CONTENU PROGRAMMATIQUE

#### 1. ANM Aéronef :

Ce module a pour but de fournir les bases de l'aérodynamique, de la mécanique du vol, de la performance et des opérations des aéronefs et de la météorologie.

##### Contenu :

Vision générale des aéroports

- **Principes du vol :** Description de l'aéronef, description des flux d'air, les forces aérodynamiques, phases du vol, montée, descente, virage, domaine de vol.
- **Turbines:** Turboréacteur, turbopropulseur, performances et limites, propulsion par hélice
- **Performance de l'aéronef :** Décollage, montée, croisière, descente, atterrissage, contraintes écologiques, vols militaires/de calibration, failles dans les systèmes.
- **Météorologie:** Atmosphère et atmosphère standard, application à l'altimétrie barométrique, conditions atmosphériques pour l'aviation. Observations et prévisions météorologiques appliquées à l'aéronautique, codes météorologiques. Systèmes et produits météorologiques.

#### 2. Régulation ANM02 ATS :

Ce module a pour but l'acquisition de connaissances sur les aspects régulateurs clés du Contrôle du trafic aérien, des Services de navigation aérienne, des Organisations et ses relations (Annexes 2, 11 et Document 4444)

##### Contenu :

- **Histoire, ouvrages de référence, définitions, services, unités**
- **Normes de l'espace aérien**
- **Altimétrie**
- **Structures de l'espace aérien**
- **Phraséologie**
- **Aérodrome, Approche, Service de Contrôle En route**
- **Service d'information en vol et d'alerte**
- **Plans de vol**
- **Procédures VFR et IFR ;**
- **OAT/GAT et capacités**

#### 3. ANM03CNS

Ce module a pour but de transmettre les principes de base des moyens de communication en matière de navigation et de sécurité sous un point de vue technique et opérationnel.

**Contenu :**

**Communication :** Communication vocale. Communication au sol, Réseaux, V-SAT

**Navigation :** Principales techniques de navigation par radio basées sur des systèmes terrestres.

**Principes de base d'utilisation des systèmes embarqués. Principes de base du concept GNSS.**

**Supervision :** Principes de radar (PSR, SSR, Mode S); ADS-B, ADS-C

**4. ANM04 Contexte général du transport aérien :**

Ce module apporte une vision globale du secteur du transport aérien. Les stratégies, les opérations et les relations entre les parties prenantes seront présentées : autorités, lignes aériennes, aéroports, services de navigation aérienne, organisations internationales. La situation actuelle et les tendances futures seront également abordées afin de permettre une meilleure compréhension des défis et des questions auxquels se confrontent ces parties prenantes.

**Contenu :**

- **Système de transport aérien**
- **Structure régulatrice dans son ensemble**
- **Economie du transport aérien**
- **Interactions et relations, défis**

**5. ANM05 Systèmes de gestion de la sécurité dans l'aviation**

Ce module apporte aux étudiants une vision générale des piliers fondamentaux de la gestion de la sécurité ainsi que des orientations pour la mise en place et le développement de SMS, conformément aux exigences de l'ICAO.

**Contenu :**

- **Plan pour la sécurité de l'aviation dans le monde - ICAO**
- **Exigences et mise en place de SMS (politique, responsabilité, objectifs)**
- **Incidents (notifications, analyses, gravité, causes, actions correctives)**
- **Outils et structures de SMS ;**
- **Risques et atténuation**
- **Interaction avec les autres parties prenantes de l'aviation**

**6. ANM06 Structure régulatrice internationale**

Ce module a pour but d'instruire les étudiant sur le contexte dans lequel s'inscrit l'Aviation civile, notamment les restrictions relatives aux politiques de l'ICAO et du SES. Les programmes SESAR, NextGen et SIRUS seront également abordés.

Contenu :

- **Contexte international de l'ATM ;**
- **Structure de l'ICAO : Organisation, convention de Chicago, création de la réglementation, publication, objectifs stratégiques ;**
- **Plan mondial de navigation aérienne (GANP) ; introduction à la méthodologie ASBU**
- **Politique régionale de l'ICAO relative au PIRG ;**
- **Modernisation européenne de l'ATM, Ciel unique européen, programmes SESAR/Nextgen/SIRIUS**

7. ANM07 Politiques de système :

Ce module a pour but d'expliquer comment les Etats et les Fournisseurs des services de navigation aérienne définissent et mettent en place leur stratégie de système CNS/ATM, tout en abordant les forces économiques et opérationnelles à l'origine des changements de système et les décisions stratégiques relatives aux affaires et aux investissements réalisés. Les relations avec d'autres parties prenantes (autorités, organisations internationales, aéroports et lignes aériennes) seront également abordées.

Des exemples de politiques de système à travers le monde, comme aux Etats Unis, en Europe et dans d'autres parties du monde, seront présentés aux participants.

Contenu :

- **GANP e l'ICAO**
- **Passage du concept à l'application**
- **Vision générale de la chaine d'approvisionnement**
- **Benchmark international**

8. ANM08 Modèles de négociation de l'ANSP (formation des prix dans l'ATM et Plan directeur de gestion du trafic aérien) :

Présentation de la vision globale des modèles de négociations des différents fournisseurs de services de navigation aérienne (publics, privés, corporatifs) à travers le monde. Ce module comprend également une analyse de la structure des coûts et des principes de la fixation des prix.

Les cours portant sur le plan directeur de gestion du trafic aérien fourniront une ébauche du plan de changement technologique visant à une meilleure performance de l'ATM. Un benchmark entre différents systèmes sera présenté, y compris entre ceux utilisés en Europe et aux Etats unis.

Contenu :

- **Modèles commerciaux d'ANSP**
- **Les ANSP dans leur environnement**
- **Benchmark international**
- **Mise en place de l'ASBU**
- **Plan directeur de gestion du trafic aérien**

## 9. ANM09 Gestion d'équipes :

Présentation du rôle, des responsabilités et des différentes approches de la gestion d'équipes. Les managers pourront comprendre, faciliter et assurer la cohésion du groupe de travail.

### Contenu :

- **Leadership et management**
- **Prise de décision**
- **Prise de conscience multiculturelle**
- **Formation d'équipes**
- **Résolution de conflits**
- **Communication effective**
- **Motivation**
- **Situations gagnant-gagnant**

## 10. ATM m Opérations de TWR&APP :

Présentation aux participants des techniques et méthodes de travail utilisées par les contrôleurs du trafic aérien en vue d'une gestion sûre et efficace du trafic en temps réel lors du contrôle d'Approche et d'Aérodrome.

### Contenu :

- **Méthodes de travail en ATC**
- **Procédures d'ATC**
- **Environnement géographique**
- **Phraséologie**
- **Gestion des pistes d'atterrissage et de décollage**

## 11. ATM m11 Opérations d'ACC

Présentation aux participants des techniques et des méthodes de travail utilisés par les contrôleurs du trafic aérien en vue d'une gestion sûre et efficace du trafic en temps réel lors du Contrôle en vol.

### Contenu :

- **Méthodes de travail en ATC**
- **Procédures d'ATC**
- **Environnement géographique**
- **Phraséologie**
- **Gestion des pistes d'atterrissage et de décollage**

## 12. ATM m12 ATM Avancée:

L'objectif principal de ce module est de présenter aux participants les anciens et les nouveaux systèmes, ainsi que les technologies développées en Europe en vue de l'amélioration et de l'optimisation de la gestion du trafic aérien européen. Ces technologies pourraient être mises en place au Brésil afin de réduire l'engorgement des services de navigation aérienne brésiliens et de les optimiser.

Ce module comprend ainsi les thématiques suivantes :

- **La gestion du flux aérien pour équilibrer la capacité à la demande en vue d'éviter que les contrôleurs du trafic aérien soient surchargés.**
- **Les nouvelles équipes de collaboration pour la prise de décision dans les aéroports ;**
- **Les outils de séquençement dans les aéroports pour les arrivés et les départs ;**
- **Les nouvelles techniques de séquençement des aéronefs lors de la phase d'approche ;**
- **Les descentes continues en temps limité.**

### Contenu :

- Systèmes de gestion pour l'optimisation des flux aériens et pour éviter la saturation des secteurs de contrôle (ATFCM) ;
- Utilisation souple de l'espace aérien
- Gestion de l'espace aérien
- procédure de *turn out* des aéroports dans le concept de A-CDM
- Concept de navigation basée sur la performance (PBN)
- Communication contrôleurs/pilotes par liaison de données (CPDLC)

## 13. ATM m13 Développement durable :

Ce module permet une prise de conscience plus large des impacts environnementaux du trafic aérien. Il a pour but de présenter un plan d'action avec une approche basée sur le développement durable pour la gestion du trafic aérien, tout en mettant l'accent sur la pollution sonore et l'émission des gazes à effet de serre.

### Contenu :

- **Politique environnementale de l'ANSP**
- **Nuisances sonores de l'aéronef**
- **Vision de l'ATC**
- **Emissions de l'aéronef**
- **Cycle de vie durable de l'aéronef et carburants alternatifs**
- **Opérations vertes et amélioration de l'efficacité des carburants**
- **Travail personnel dans le cadre de la croissance du trafic**
- **Incitations institutionnelles et financement de l'environnement**

#### 14. ATM t14 Projet aéroportuaire :

Présentation des différentes infrastructures aéroportuaires et de la méthode utilisée pour les projeter.

##### Contenu :

- **Vision générale des aéroports ;**
- **Pistes d'atterrissage et de décollage et protections**
- **Accessibilité des aéroports**
- **Pistes**
- **Aires de stationnement, terminaux**

#### 15. ATM t15 Affaires et opérations aéroportuaires :

Ce module a pour but d'apporter une vision générale des stratégies et des prévisions relatives à l'aéroport, en prenant en compte les restrictions et les intérêts existants. Les bonnes pratiques et les moyens d'optimiser les recettes aéroportuaires et le contrôle des coûts liés au plan d'affaires stratégiques seront également présentés.

##### Contenu :

- **Parties prenantes et organisation aéroportuaire**
- **Planification stratégique aéroportuaire**
- **Marketing et développement aéronautiques**
- **Développement non-aéronautique**
- **Economie aéroportuaire**
- **Introduction à l'administration financière des aéroports**
- **Appels d'offres et privatisation des aéroports**
- **Opérations aéroportuaires**

#### 16. ATM t16 Droit du transport aérien :

L'objectif central de ce module est de transmettre les bases essentielles du droit aérien. Il offre une vision générale de l'histoire du droit aérien et présente les principes généraux de la législation relative au transport aérien.

##### Contenu :

Principes généraux du droit

Responsabilité pénale en droit aérien

Responsabilité civile en droit aérien

Parties prenantes au processus législatif du transport aérien

## 17. ATM Sécurité du Transport Aérien :

Diffusion des questions de sécurité dans la communauté du transport aérien.

### Contenu :

- **Aéroport**
- **Fret aérien**
- **Aéronef**
- **Equipements de sécurité**
- **Ravitaillement**
- **Marchandise dangereuse**
- **Supervision de la sécurité**

**ANNEXE II**  
**ORDRE DE SERVICE**



**MINISTRE DES TRANSPORTS, DES PORTS ET DE L'AVIATION CIVILE**  
**SECRETARIAT DE L'AVIATION CIVILE**  
Secrétariat de la Navigation Aérienne Civile  
Département de la Gestion et de la Planification de la Navigation Aérienne Civile

<b>ORDRE DE SERVICE n° _____ / 201X/DNAC/SAC</b>	
Contrat n° /SAC/201X	Date ____/____/____
Entreprise : Ecole Nationale de L'Aviation Civile - ENAC	

**1. FORMATION CONCERNEE: Advanced Master in Air Navigation Management**

**2. DELAI D'EXECUTION**

Début	Fin

**3. SERVICES A REALISER**

**4. PRIX**

Services	Valeur unitaire (R\$)	Quantité	Total (R\$)
<b>Total (R\$)</b>			

\_\_\_\_\_  
Contrôleur du contrat

\_\_\_\_\_  
Représentant de l'ENAC


**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRÁSILIA**

CAMPUS SAMAMBAIA

DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2018 - UASG 110591**

Nº Processo: 50000019642201715.  
INEXIGIBILIDADE Nº 8/2018. Contratante: FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL -CPF Contratado: ESTRANGEIRO. Contratado: ECOLE NATIONALE DE L AVIATION CIVILE - ENAC. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de curso de pós-graduação em navegação aérea civil para profissionais que atuam no setor de aviação civil. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 11/06/2018 a 11/06/2021. Valor Total: R\$1.200.000,00. Fonte: 280209300 - 2018NE800073. Data de Assinatura: 11/06/2018.

(SICON - 27/06/2018) 390004-00001-2018NE800119

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

CAMPUS CAMBORIÚ

**AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2017**

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 14/06/2018 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Continuados de Vigilância Desarmada, diurna e noturna, com fornecimento de mão de obra, material, equipamento, uniforme, equipamentos de proteção individual e insuamos ao atendimento das necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Campus Camboriú conforme especificações constantes do Termo de Referência Anexo I e demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00002 Novo Edital: 28/06/2018 das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Joaquim Garcia S/n Cx Postal 2016 Centro CAMBORIÚ - SC. Entrega das Propostas: a partir de 28/06/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 10/07/2018, às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

LENARA BERNIERI  
Pregoeira

(SIDECE - 27/06/2018) 158460-26422-2018NE800254

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 7/2018**

O IFC Campus Camboriú, por intermédio da pregoeira, torna público o resultado do pregão em epígrafe, pelo critério do menor valor por item, ofornecedor, CNPJ, valor: MICHELANGELO COMÉRCIO DE PAINEIS E SERVIÇOS LTDA. 013314070001-64, R\$2499,00; INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI. 045866940001-41, R\$ 153782,57; MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA, 050759650001-23, R\$ 67239,90; RC RAMOS COMERCIO LTDA, 070483230001-02, R\$ 19256,52; INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA, 070559870001-90, R\$ 3808,00; DAGEAL COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO/LTDA, 07254580001-50, R\$ 9507,23; FAMAHA COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA, 077348540001-07 R\$ 6378,00; ELLEN MOALLEM E CIA LTDA, 080846950001-49, R\$ 1263,84; PABLO LUIS MARTINS, 09138326000154, R\$ 20084,08, WCA INDUSTRIA E COMERCIO DE ETIQUETAS ADESIVAS LTDA, 105996180001-73, R\$ 2799,05; SOLARIS TELEINFORMATICA LTDA, 110995880001-07, R\$ 6720,00; GOLD COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, 114643830004-75, R\$ 18575,60; LUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI, 145349160001-36, R\$ 27485,13; AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, 146760910001-94, R\$ 5155,30; QUALITY ATACADO EIRELI, 157240190001-58, R\$8252,76MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL, 170636650001-47, R\$ 9812,02; EDERSON CUNHA DE SOUSA, 188060930001-01, R\$ 10692,15; BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA, 211895790001-52, R\$ 10326,70; EPS COMERCIO DE PAPEIS LTDA, 265446060001-81, R\$ 137036,51; KONSULTISUPRIMENTOS EIRELI, 268372530001-08, R\$17303,49; DARPEX IMPORT HOME OFFICE SOLUTION EIRELI, 273381390001-04, R\$ 8556,80; NAUIRES ANTONIO DOS SANTOS, 288061870001-34, R\$ 5511,96; NORTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, 292790050001-87, R\$ 9861,50; VITALIX PAPEIS EIRELI, 380385190001-31, R\$ 193265,55; LUGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELI, 95764890001-14, R\$ 126449,20. Vigência da ata de 26/03/2018 a 25/03/2019. As atas podem ser acessadas no site [www.camboriu.ifc.edu.br](http://www.camboriu.ifc.edu.br).

LIA MARA SILVA DE SOUZA

(SIDECE - 27/06/2018) 158460-26422-2018NE800254

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**
EDITAL Nº 9, DE 26 DE JUNHO DE 2018  
PRORROGAÇÃO DE VALIDADE DE CONCURSO PÚBLICO

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE) no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o disposto no subitem 12.8 do Edital nº 12/GR-IFCE/2016, de 29/08/2016, publicado no Diário Oficial da União de 31/08/2016, seção 3, página 223, resolve PRORROGAR por 01 (um) ano, a contar de 10/07/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas destinadas ao provimento de cargos do Nível de Classificação "D", da Carreira Técnico-Administrativa em Educação, de que trata a Lei nº 11.091/2005, referente ao Edital de Homologação nº 26/GR-IFCE/2017, de 07/07/2017, publicado no Diário Oficial da União de 10/07/2017, seção 3, páginas 48-50.

VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIFE  
CAMPUS BATURITÉ**EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2018**

Número do processo: 23.484.010865.2018-21. ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviço. CONTRATANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - CAMPUS BATURITÉ. CONTRATADO: Anne Kamilly Nogueira Felix. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 26/06/2018 a 31/05/2019. VALOR DO CONTRATO: de acordo com o estabelecido no item 7º, inciso I, da Lei nº 8.745/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte de Recurso nº 0112000000. DATA DA ASSINATURA: 26/06/2018. ASSINAM: Lourival Soares de Aquino Filho, Diretor Geral do campus Baturité, pelo contratante e ANNE KAMILLY NOGUEIRA FELIX, pelo contratado.

CAMPUS JAGUARIBE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2018 - UASG 158955**

Número do Contrato: 2/2016. Processo: 23487019496201641. PREGÃO SRP Nº 9/2015. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. CNPJ Contratado: 08666310000151. Contratado: LIMPMAI - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E-SERVIÇOS EIRELI. Objeto: Prorrogação da vigência e repactuação dos preços do Contrato nº 02/2016, que trata da prestação de serviços continuados de auxiliar de serviços gerais. Fundamento Legal: Art.57, inc. II da Lei 8666/93. Vigência: 10/06/2018 a 10/06/2019. Valor Total: R\$219.543,36. Fonte: 8100000000 - 2018NE800001. Data de Assinatura: 07/06/2018.

(SICON - 27/06/2018) 158955-26405-2018NE800022

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018 - UASG 158317**

Número do Contrato: 00010/2016, subrogado pela UASG: 158317 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL. Processo: 23487014480201722. PREGÃO SISPP Nº 2/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. CNPJ Contratado: 11399787000122. Contratado: VENEZA SERVICOS ADMINISTRATIVOS -EIRELI. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº10/2016, que trata da prestação de serviços continuados de motorista. Fundamento Legal: Art. 57, inc. II da Lei 8666/93. Vigência: 10/06/2018 a 10/06/2019. Valor Total: R\$82.941,12. Fonte: 8100000000 - 2018NE800031. Data de Assinatura: 05/06/2018.

(SICON - 27/06/2018) 158955-26405-2018NE800022

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2018 - UASG 158317**

Número do Contrato: 00011/2016, subrogado pela UASG: 158317 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL. Processo: 23487014479201706. PREGÃO SISPP Nº 2/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. CNPJ Contratado: 11399787000122. Contratado: VENEZA SERVICOS ADMINISTRATIVOS - EIRELI. Objeto: Prorrogação por mais doze meses a vigência do Contrato nº 11/2016 e a repactuação dos preços, que trata da prestação de serviços continuados de pedreiro. Fundamento Legal: Art. 57, inc. II da Lei 8666/93. Vigência: 10/06/2018 a 10/06/2019. Valor Total: R\$37.520,28. Fonte: 8100000000 - 2018NE800030. Data de Assinatura: 07/06/2018.

(SICON - 27/06/2018) 158955-26405-2018NE800022

## CAMPUS MORADA NOVA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 158954**

Número do Contrato: 5/2017. Processo: 23488030557201700. PREGÃO SRP Nº 4/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. CNPJ Contratado: 12039966000111. Contratado: LINK CARD ADMINISTRADORA DE -BENEFÍCIOS EIRELI. Objeto: Prorrogação do contrato 05/2017 por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e outras legislações pertinentes. Vigência: 05/07/2018 a 05/07/2019. Data de Assinatura: 20/06/2018.

(SICON - 27/06/2018) 158954-26405-2018NE800005

CAMPUS ITAPIPOCA

**EDITAL Nº 7, DE 24 DE MAIO DE 2018 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS DE ITAPIPOCA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE), no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência conferida pela Portaria nº 397/GR-IFCE, de 27/05/2016, resolve: Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto do IFCE campus Itapipoca, objeto do Edital nº 07/GDG - campus Itapipoca (DOU 25/05/2018, Seção 3, pag. 46), nos termos da Lei nº 8.745/93, conforme quadro abaixo.

SUBÁREA: CONSTRUÇÃO CIVIL	
CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
Bruno Noronha Rodrigues	1º
Emanoel Heder Silva e Souza	2º
Camilla Krvisy Araújo Cordeiro	3º
Ana Cláudia Dlugokenki	4º
Ada Catarina Soares de Sena Costa	5º

SUBÁREA: GERÊNCIA DA PRODUÇÃO	
CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
Nathália de Sousa Pereira	1º
Elione Moura Carlos	2º
Tércio Heitor de Sousa Moreira	3º
Leonardo Nunes Chagas Veras	4º
Ana Beatriz do Nascimento	5º

FRANCISCO REGIS ABREU GOMES

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2018 - UASG 158428**

Processo: 23184000370201798. Objeto: Aquisição de material elétrico para ampliação da rede de dados Total de Itens Licitados: 00026. Edital: 28/06/2018 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Sete de Novembro, S/n - Bairro Centro IBATIBA - ES ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158428-05-7-2018](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158428-05-7-2018). Entrega das Propostas: a partir de 28/06/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 24/07/2018 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

EGLON RHUAN SALAZAR GUIMARAES  
Diretor-Geral

(SIDECE - 27/06/2018) 158428-26406-2018NE800001

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA**

CAMPUS ALEGRETE

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2018 - UASG 158267**

Processo: 23215001250201701. Objeto: Registro de preço para eventual contratação de empresa(s) para Confecção, Fornecimento, Instalação e Manutenção de Cortinas e Persianas Total de Itens Licitados: 00055. Edital: 28/06/2018 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 16h30. Endereço: Rodovia Rs 377 - Km 27 - 2º Distrito Passo Novo Cp 118 ALEGRETE